

A EDUCAÇÃO SANITÁRIA E A PRODUÇÃO DO “TRABALHADOR PRODUTIVO” (PARAÍBA, ANOS 1920 A 1940)¹

THE HEALTH EDUCATION AND THE PRODUCTION OF THE “PRODUCTIVE WORKER” (PARAÍBA, 1920S TO 1940S)

Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos*
leonardo.barboza@ifpb.edu.br

RESUMO: Este artigo aborda as ações de educação sanitária dirigidas aos trabalhadores na Paraíba entre as décadas de 1920 e 1940. Para tanto, analisamos textos que versavam sobre essa temática publicados pelo jornal *A União*. Veículo de imprensa oficial do governo da Paraíba, ele nos permitiu acessar o discurso público dos projetos biopolíticos que buscaram “pedagogizar” as práticas corporais das classes trabalhadoras em consonância com as demandas das relações capitalistas de produção. Desse modo, aproveitando-se do vínculo entre o jornal *A União* e os grupos que controlavam o poder político e econômico na Paraíba, buscamos problematizar os discursos e os interesses que conformaram a educação sanitária das classes trabalhadoras entre os anos 1920 e 1940. Por fim, na análise das fontes e na construção da narrativa, dialogamos metodologicamente com os conceitos de “trabalhismo” (GOMES, 1994), “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), “poder disciplinar” (FOUCAULT, 2013) e “biopolítica” (FOUCAULT, 2005).

PALAVRAS-CHAVE Discursos médicos; Relações de trabalho; Disciplinarização.

ABSTRACT: This article addresses the actions of health education directed to workers in Paraíba between the 1920s and 1940s. To achieve this objective, we analyzed texts that dealt with this theme published by the newspaper *A União*. Official press vehicle of the government of Paraíba, allowed us to access the public discourse of biopolitical projects that sought to “pedagogize” the body practices of the working classes in line with the demands of capitalist relations of production. In this way, taking advantage of the link between the newspaper *A União* and the groups that controlled the political and economic power in Paraíba, we sought to problematize the discourses and interests that shaped working-class health education between the 1920s and the 1940s. Finally, in analyzing the sources and constructing the narrative, we methodologically dialogued with the concepts of “laborism” (GOMES, 1994), “regulated citizenship” (SANTOS, 1979), “disciplinary power” (FOUCAULT, 2013), and “biopolitics” (FOUCAULT, 2005).

KEYWORDS: Medical discourses; Labor relations; Disciplinarization.

Era o dia 16 de setembro de 1938. Entre notícias do Brasil e do mundo, informes oficiais, ocorrências policiais, propagandas e notas sociais, o jornal *A União* publicou o “Conselho do dia”² produzido pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Não era novidade. Desde a década anterior, o jornal do governo publicava textos de educação

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

* Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB. Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo.

² Tal seção constituía-se de textos e notas educativas elaboradas pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, coordenado pela Diretoria Geral de Saúde Pública da Paraíba. Durante o período que pesquisamos, é possível identificar esse segmento no jornal *A União* desde 1938.

sanitária a pedido dos órgãos gestores da saúde pública no estado. Mas o que desperta atenção é que, pela primeira vez, havia um recado direto para as classes trabalhadoras:

Uma alimentação adequada a cada gênero de trabalho faz com que o corpo fique mais resistente à fadiga. Carne, leite, ovos, pão, cereais, verduras e frutas são necessários à manutenção das energias despendidas pelo homem que trabalha. Não se descuide da boa alimentação (Serviço de Propaganda..., 16 set. 1938, grifos nossos).

Dependendo do leitor, essa nota poderia gerar variadas reações: indiferença, curiosidade, aprovação, crítica, autoavaliação, reflexão sobre *o outro*. Mas, para além das possíveis reações, o aparecimento de enunciados como esse é um indício importante para o historiador. Isso, porque quem pesquisa jornais “trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (DE LUCA, 2018, p. 140).

Com relação à fonte citada, ela indica a existência de uma prática educativa interessada na saúde de quem trabalha. Uma pedagogia do corpo impressa em páginas de jornal, a qual almejava alcançar um público vasto e difuso. Uma educação sanitária – isto é, uma educação para a saúde – que buscava (con)formar o corpo do trabalhador para as exigências do mercado capitalista. Uma política de controle social cujo objetivo era “fabricar” um trabalhador “resistente à fadiga”, ou seja, “saudável” e “produtivo”.

A intenção de disciplinar o trabalhador é evidente. Por um lado, há uma instrução explícita sobre o que comer para se tornar “resistente à fadiga” e recuperar as “energias despendidas” no trabalho. Por outro, um recado implícito para quem depende do próprio trabalho para sobreviver: é imprescindível ter um corpo resistente e saudável. Assim, para que não lhe falte a energia demandada pela produção capitalista, ele também precisa disciplinar seus hábitos cotidianos, não podendo descuidar de uma “boa alimentação”.

Este artigo aborda as ações de educação sanitária dirigidas aos trabalhadores na Paraíba entre as décadas de 1920 e 1940. Nesse período, a questão da saúde do trabalhador envolvia uma complexa rede de interesses e conectava uma variada gama de atores e instituições: Estado, patrões, empregados, associações de classe, médicos, intelectuais, órgãos de saúde, veículos de comunicação. Tendo em vista o papel da imprensa “enquanto força ativa da vida moderna [...] atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257), optamos por focalizar a

educação sanitária dos trabalhadores a partir do jornal *A União*³, órgão governamental que era um dos mais importantes veículos de imprensa da Paraíba durante o período que estamos abordando.

Aproveitando-se do vínculo entre esse jornal oficial e os grupos que controlavam o poder político e econômico na Paraíba, pretendemos problematizar os discursos e os interesses que conformaram a educação sanitária das classes trabalhadoras na Paraíba entre os anos 1920 e 1940. Como mostraremos nas páginas a seguir, principalmente a partir dos anos 1930, essa “pedagogia do corpo” endereçada aos trabalhadores manteve vínculos estreitos com as demandas capitalistas de “disciplinarização” do mercado de trabalho.

Flávio Maroja e a educação sanitária dos trabalhadores nos anos 1920

Ações sistemáticas no campo da educação sanitária visando “higienizar” e “medicalizar” a força de trabalho na Paraíba podem ser percebidas já nos anos 1920, quando o médico Flávio Maroja – então Inspetor Sanitário da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural – foi incumbido pela Diretoria Geral de Saúde Pública⁴ de ministrar palestras sanitárias em diversas instituições, especialmente em fábricas, associações operárias e escolas.

Flávio Maroja (1864-1940), formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1888), foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba em 1924 (SANTOS, 2015, p. 123 – 124). Construiu sua reputação como médico atuando em diversas instituições de saúde: foi chefe do serviço de saúde do Porto da capital; diretor do Instituto Vacinogênico da Paraíba; médico da Santa Casa de Misericórdia. Também angariou credibilidade junto a órgãos da imprensa: periodicamente, escrevia e concedia entrevistas sobre os mais diversos temas, de medicina à política, para os mais importantes jornais da Paraíba. Foi ainda sócio fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)⁵. Inserido nas tramas da política, exerceu os cargos de Intendente Municipal da

³ Criado em 1893 pelo então presidente da Paraíba, Álvaro Machado, e mantido desde então pelo governo estadual, *A União* era editado na capital e possuía uma linha editorial governista (MARTINS, 1977, p. 16). Nesse sentido, defendia e propagava as ações e a visão de mundo dos grupos hegemônicos. Além disso, durante o período que estamos abordando, ele era também o principal meio de comunicação dos médicos e das autoridades sanitárias com os “leigos”, isto é, com a sociedade paraibana. Assim, esse jornal divulgava discursos médico-sanitários que convergiam com os interesses das elites políticas e econômicas locais. Através de *A União*, portanto, é possível acessar práticas e discursos médicos que buscavam “disciplinar” o trabalhador.

⁴ Equivalente à atual Secretaria de Estado da Saúde.

⁵ Em dois períodos: de 1907 a 1908, e de 1909 a 1932, quando foi eleito Presidente de Honra da Instituição (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 84).

Capital (1889), Deputado Constituinte Estadual (1891), Deputado Estadual (1916-1919) e Vice-Presidente do estado no governo Sólon de Lucena (1920-1924). Nas primeiras décadas do século XX, foi sem dúvida um dos médicos paraibanos mais conhecidos e o mais respeitado sanitarista do estado. Sua fala, portanto, carregava a legitimidade da ciência e dos poderes constituídos (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 76-109; CASTRO, 1945, p. 177-188).

As palestras de Flávio Maroja receberam ampla cobertura de *A União*, que as divulgava como parte da propaganda para das ações governamentais. A primeira conferência de Maroja foi anunciada com entusiasmo pelo periódico oficial, em 26 de fevereiro de 1926:

Conforme anunciáramos realizou ontem, o sr. Dr. Flávio Maroja, a sua primeira palestra sobre educação sanitária, no Grupo Escolar Pedro II, situado à rua Eptácio Pessoa. Assistiram os corpos docente e discente do estabelecimento que ouviram atentamente, o conferencista durante 35 minutos. Depois de ligeiras considerações sobre higiene individual e domiciliaria, demonstrando a sua real importância ocupou sua senhoria dos insetos sugadores de sangue e transmissores de moléstias, notadamente dos mosquitos, da pulga, do barbeiro (triatoma transmissor da moléstia de chagas) do percevejo etc. Ocupou-se ainda do perigo da mosca, tudo desenvolvendo de modo a ser compreendido pelos jovens ouvintes (Serviço de propaganda..., 26 fev. 1926)⁶.

Quando falava ao público escolar, Maroja concentrava-se em temas de higiene coletiva e individual, abordando a transmissão e a profilaxia das principais endemias do estado. Já quando falava aos operários, salientava a tuberculose, as doenças venéreas e o alcoolismo: indícios da representação construída pelo saber médico sobre os trabalhadores.

Ao focalizar doenças infecciosas e enfermidades tidas como resultantes de “desvios morais”, as palestras de Maroja dirigidas aos trabalhadores não deixam de ser uma estratégia de disciplinarização que visava ampliar sua capacidade produtividade pela anulação de sua suposta “periculosidade sanitária”⁷. Sem negar seu valor para a saúde

⁶ Optou-se por atualizar a ortografia das fontes históricas citadas.

⁷ Segundo Ferla (2009, p. 239), o conceito de “periculosidade” foi empregado nos discursos médico-legais sobre as classes trabalhadoras entre os anos 1920 e 1940. Assim, esse campo de saber-poder inseriu os trabalhadores entre os grupos que representavam “perigo à sociedade”, pois seus formuladores entendiam que eles “de alguma forma transitavam na fronteira muitas vezes ambígua que separava a norma da lei” (FERLA, p. 239). Seguindo uma linha de análise semelhante, Chalhoub (2017, p. 33) demonstrou que, desde fins do século XIX, os pobres apareciam no imaginário político brasileiro através da metáfora da doença contagiosa. Afirma o autor: “As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio” (CHALHOUB, 2017, p. 33). Articulando essas formulações, chegamos à noção de

pública, é preciso lembrar que tais conferências não foram acompanhadas de ações concretas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. O foco era limitar os prejuízos econômicos e o risco de contágio representados pelo adoecimento dos “de baixo”. Por isso, na visão da imprensa oficial, os conselhos de Maroja necessitavam ser “práticos”, isto é, facilmente aplicáveis:

Continuando a série de conferências em prol da saúde pública visitou esse mês o sr. Dr. Flávio Maroja a Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais. Grande número de operários assistiram à palestra do conceituado facultativo, que versou sobre conselhos práticos de higiene popular e meios combativos às doenças infecciosas (Serviço de Propaganda..., 22 jun. 1926).

Em uma de suas conferências a um grupo de operários, a fala de Maroja (e a ênfase do jornal) dão mostras de como a visão das elites sobre a saúde do trabalhador ainda estava distante de contemplar melhorias estruturais em sua condição de vida. Na Fábrica Popular, uma das principais produtoras de cigarros da capital paraibana, falando “para mais de duzentos operários de ambos os sexos [...] afora os sócios da firma presentes, os jornalistas, empregados de escritório, etc.”, o Dr. Flávio Maroja abordou a tuberculose,

[...] iniciando a dissertação com a frase de Gladstone: “A felicidade de uma nação reside na saúde de seu povo”. A seguir expendeu princípios de higiene imunizante contra o perigo do contágio do mal de Koch, mostrando as diversas formas porque se apresenta a transmissão da terrível moléstia. Aludiu à *conquista, já positivada no estabelecimento, constituída pelo uso do copo individual*. E após estender-se noutras considerações, *felicitou os proprietários daquele empório manufatureiro pela preocupação de relativo conforto* que os anima em face dos seus auxiliares (Propaganda sanitária..., 11 fev. 1928, grifos nossos).

Mesmo reconhecendo que, ante as precárias condições de vida e trabalho das classes subalternizadas, qualquer melhoria seria bem-vinda, é difícil não questionar “tamanho conquista”. Obviamente que o uso do copo individual constitui medida profilática básica visando conter a disseminação de diversas enfermidades. Mas se tratava de uma ação bastante pontual tendo em vista o nível de exploração e pauperização a que estavam submetidos os trabalhadores da Fábrica Popular e de tantas outras indústrias Paraíba afora.

Infelizmente, as palestras de Flávio Maroja não foram transcritas na íntegra. Assim, nossa análise sobre este material fica comprometida, visto estarmos limitados às notas veiculadas por *A União*. Contudo, podemos ao menos vislumbrar sua concepção sobre a

“periculosidade sanitária”, que foi associada à representação social das classes trabalhadoras pelo saber-poder médico.

educação sanitária com base em um de seus textos, publicado pelo jornal oficial em 23 de fevereiro de 1926, poucos dias antes de sua primeira conferência⁸. Defendendo a primazia da educação sanitária em qualquer projeto de saneamento e saúde pública, Maroja afirma que tais políticas deveriam ser executadas “no interesse principalmente das classes pobres de recursos e ricas de mazelas”, para que estas tivessem “pelo menos, uma ideia da profilaxia das moléstias transmissíveis” (Valor da propaganda..., 23 fev. 1926). Além disso, justificava a educação sanitária das “classes pobres” evocando estereótipos correntes na época:

Quem priva com o homem inculto, perfeitamente representado em o nosso homem rural, preso à sua ignorância e jungido à sua superstição, é quem pode avaliar com segurança da necessidade indeclinável de ensinar-lhe como deve zelar a sua saúde e como deve evitar a doença. Quem conhece os hábitos e costumes inveterados de nossa gente, alheada por completo aos mais mezinheiros preceitos de higiene, demonstrados de modo flagrante em seu simulacro de habitação, é quem pode avaliar da absoluta necessidade de apontar-lhe os constantes perigos que a cercam. [...]. Dir-se-á que a sua ignorância é de tal ordem e o seu descaso pelas coisas da vida é de tal sorte que todo o esforço se anulará ante as muralhas intransponíveis desse mesmo descaso, dessa mesma ignorância. Não dá, entretanto, para desanimar todo o pessimismo e descrença porventura derramados em torno de um assunto de tamanha relevância (Valor da propaganda..., 23 fev. 1926).

Em outro trecho, Maroja reforça sua defesa da educação sanitária, apresentando praticamente uma “ementa” de suas conferências sanitárias ministradas aos trabalhadores:

Que noção tem a nossa gente, a começar, sem exagero o digo, pelos arredores da capital, dos germens que contaminam o solo em que pisa e das águas poluídas de que se serve para todos os misteres da vida? Que ideia faz do contendo dum tuberculoso adiantado, dum tísico, a residir sob o mesmo teto [...]. Que pensa a nossa gente da sífilis e do alcoolismo a estragarem o presente e a arruinares profundamente o futuro, preparando, além do mais, a infelicidade dos seus descendentes? Que conhece a nossa gente das nossas dizimadoras endemias, tetricamente representadas nas verminoses, com a ancilostomíase (opilação) à frente e sua velha aliada a malária (paludismo), dois dos maiores flagelos do trabalhador rural? Que juízo faz a nossa gente dos insetos que com ela convivem licenciosamente, cada qual mais ávido de chupar-lhe o sangue, transmitindo-lhe os micróbios de que são seguros portadores? Tudo isto é realmente de impressionar, mas não é tão difícil de remediar (Valor da propaganda..., 23 fev. 1926).

⁸ A primeira palestra de Maroja ocorreu em 25 de fevereiro de 1926, dois dias antes da publicação desse artigo.

Em 1929, o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária foi abruptamente interrompido e Flávio Maroja teve que cessar suas palestras, pelo menos oficialmente⁹. Ao que tudo indica, ele foi afetado pela suspensão do convênio que instituiu a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural¹⁰, à qual estava vinculado. Tal paralização se deu após o rompimento político entre o governador João Pessoa e o presidente Washington Luís, o que acarretou uma série de contingenciamentos nas verbas federais antes destinadas à Paraíba.

Falando sobre este serviço em 1931, Maroja lamentou “a maneira imponderada porque foi ele extinto, de ordem superior” e aproveitou para reafirmar a importância de suas palestras sanitárias: “Posso afirmar que nenhum serviço profissional de mais utilidade prestei à minha terra [...] Serviço útil, sem dúvida, é esse de propaganda e educação sanitária” (Educação e propaganda..., 20 set. 1931). Em sua visão, elas cumpriam uma função essencial na saúde pública, pois através delas seria possível minorar a “ignorância da maioria da nossa população em assuntos de higiene individual, ou geral”. Ainda segundo Maroja, era fundamental a articulação entre terapêutica e profilaxia “para se ter um trabalho completo, instrutivo e duradouro”, visto que “Se aquela tem a virtude de curar a doença, esta desempenha um papel muito mais importante porque ensina os meios de evitá-las” (Educação e propaganda..., 20 set. 1931). Para o sanitarista paraibano, portanto, o principal pilar da saúde pública seria a educação sanitária. Ademais, o discurso de Maroja deixa transparecer o quanto a noção de “contágio” informava a política de propaganda e educação sanitária em sua época:

Ora, mais do que isto disse eu nas minhas palestras sanitárias, porque tratei, conforme o meio em que falava, da profilaxia da febre amarela, da febre tífica, das febres eruptivas, da peste, da ação perniciosa das moscas e dos mosquitos [...]. Disse do contágio direto e indireto, instituindo o uso do copo individual, do lenço e da sacola para conduzir o lunch (sic) escolar, porque observei que este era envolvido nos chamados “papeis de embrulho”, ou “de venda”, e até em pedaços de jornal! Mostrei os perigos desses objetos, como fieis portadores de bacilos, sobretudo quando se

⁹ Informalmente, e sem contar com a mesma estrutura e recursos, Maroja continuou realizando suas conferências sanitárias em várias instituições da capital e cidades circunvizinhas. Prova disso foi a palestra que ministrou, por conta própria, aos operários de *A União* e da Imprensa Oficial, noticiada pelo jornal do governo em tom de lamento pela suspensão do serviço (Propaganda sanitária..., 16 mai. 1929).

¹⁰ Estabelecida por meio de um convênio entre os governos estadual e federal, pactuado em 13 de dezembro de 1920, a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural foi a principal agência pública de saúde na Paraíba durante aquela década, passando a coordenar toda a política do setor (OLIVEIRA, 1968). Contudo, como demonstrou Araújo (2017, p. 02), “teve uma atuação limitada em termos de abrangência e regularidade de seus serviços”.

trata do copo único, como acontece, em regra, nos colégios, nos quartéis, nas escolas, fábricas, etc. (Educação e propaganda..., 20 set. 1931).

Nessa primeira ação médico-disciplinar dirigida aos trabalhadores, a meta era conter eventuais focos de contágio. Porém, não havia uma maior preocupação com a especificidade das condições de vida e trabalho das classes subalternizadas. Analisando a documentação referente às décadas seguintes, o que se percebe é uma maior preocupação do saber médico com essas questões, indício de um possível diálogo com as reivindicações proletárias e com as demandas da política trabalhista do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)¹¹. Porém, o período getulista não configurou uma ruptura total com as práticas e discursos do contexto anterior. Desse modo, o saber/poder médico praticado na Paraíba entre os anos 1930 e 1940 continuaria apontado a “ignorância” sanitária das classes subalternizadas como um dos principais fatores para os problemas de saúde que acometiam esses grupos sociais.

Nos tempos de Vargas

Em 1936¹², a Diretoria Geral de Saúde Pública da Paraíba sofreu uma reforma administrativa, passando a contar com novos serviços, entre os quais o de “Propaganda e Educação Sanitária” e o de “Higiene do Trabalho”. O primeiro teria como escopo a produção de materiais e eventos visando educar a população em matéria de saúde. O segundo atuaria na fiscalização das condições laborais, na educação sanitária dos empregados e na conscientização dos patrões acerca da saúde no trabalho. A organização desses serviços propiciou a produção de material educativo sobre os principais problemas da saúde pública e da higiene do trabalho na Paraíba. Alguns desses textos foram veiculados pelo jornal A

¹¹ Segundo Gomes (1994), o primeiro governo de Vargas (1930-1945) foi marcado pela ideologia do “trabalhismo”. Ela teria sido estruturada pelo governo com o fim de estabelecer um vínculo político entre o presidente e as classes trabalhadoras, pautando-se na ideia de “reciprocidade”. Para isso, o Estado apropriou-se da luta operária visando construir uma noção de cidadania vinculada ao trabalho. Assim, Vargas apresentava as leis trabalhistas como “doação” e usava os recursos da propaganda para estimular a “gratidão” (leia-se apoio político) dos trabalhadores. Porém, as relações entre Estado e classes trabalhadoras no governo Vargas eram muito mais complexas do que sugerem noções como “populismo” e “paternalismo”, visto que os trabalhadores também eram agentes do processo: eles se apropriavam do discurso dominante para reivindicar direitos e para se beneficiar dos ganhos materiais e simbólicos celebrizados pela propaganda oficial (GOMES, 1994, p. 162-166).

¹² Tal reforma dos serviços de Saúde Pública da Paraíba tramitou na Assembleia Estadual em 1935, mas só foi sancionada pelo governador no início de 1936. A este respeito, Cf. Lei nº 54..., 09 jan. 1936.

União. Vale a pena problematizar o discurso que eles produziram visando disciplinar o trabalhador.

Entre as fontes analisadas, algumas orientavam patrões e profissionais de saúde sobre como realizar a educação sanitária dos trabalhadores. Exemplo disso é o texto “Bases experimentais na preparação de cartazes educativos destinados aos trabalhadores”, publicado em 12 de julho de 1936. Segundo o texto, a metodologia dos cartazes, que articulava publicidade e pedagogia, era útil na disciplinarização do trabalhador dentro e fora do seu ambiente de trabalho. Sua defesa era feita com base no sucesso que alcançara nos EUA:

O valor do cartaz, sob o ponto de vista educativo, vem sendo aproveitado, em grande escala, principalmente nos Estados Unidos. A nossa Saúde Pública, pelo seu Serviço de Propaganda, imitou as repartições américas e o êxito dos seus conselhos ao povo será uma função (sic) da perfeição dos desenhos exibidos para transmitir ao público uma noção extada e impressionante dos perigos a que o expõe uma conduta em desacordo com os preceitos da higiene pessoal e social (Bases experimentais..., 12 jul. 1936).

Os cartazes educativos trariam maiores resultados em comparação com outros recursos pedagógicos. Citando o professor José Mallart, “chefe do Departamento de Psicotécnica Profissional e Social do Instituto Nacional de Previdência, de Madrid” – estratégia de legitimação do discurso e indício da circulação de ideias estrangeiras na Paraíba – argumenta-se que tal recurso traria benefícios para o trabalhador, para o patrão e para a sociedade:

O professor Mallart alude à importância crescente que se atribui, no aspecto educativo, à *propaganda destinada a criar hábitos de higiene, de ordem, de segurança e de organização entre os trabalhadores*, referindo-se também às somas vultosas que já se gastam, nos países civilizados, com a edição de cartazes, almanaques ilustrados, selos, etc., onde se gravam figuras e sentenças *com o intuito de influir, objetivamente, sobre os trabalhadores para benefício deles, do rendimento do trabalho e da sociedade em geral*. E como são já consideráveis estes dispêndios, julga o citado professor que se deve prevenir a perda de material e de esforços resultantes da inaptidão dos meios de sugestão propostos à receptividade do meio a que se dirigem (Bases experimentais..., 12 jul. 1936, grifos nossos).

Por meio da educação sanitária, via cartazes, seria possível introjetar no trabalhador os hábitos que seus patrões e o Estado esperavam dele: a cultura da saúde e da limpeza (higiene), o respeito à moral burguesa e às normas sociais (ordem), a passividade ante o

status quo (segurança) e a adoção da produtividade como valor primordial (organização). Percebe-se o quanto a saúde e a doença do trabalhador estavam atreladas a tramas políticas e econômicas.

Com um singelo cartaz de educação sanitária, buscava-se não apenas conscientizar o trabalhador sobre as enfermidades que o ameaçavam dentro e fora de seu ambiente de trabalho: almejava-se produzir, em um mesmo mecanismo, corpos sãos, limpos, ordeiros e produtivos. Mesmo que a resistência do trabalhador confrontasse o poder sanitário exercido por médicos e patrões, lá estava o discurso da disciplina tentando “adestrá-lo” para a exploração capitalista, visto que neste contexto “corpo saudável” é sinônimo de trabalhador útil e eficaz. É por isso que o controle disciplinar – que também pode ser exercido por instrumentos tão sutis quanto os cartazes educativos – não consiste simplesmente em

[...] ensinar ou impor uma série de gestos definidos; *impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e rapidez*. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. *Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto* (FOUCAULT, 2013, p. 147, grifos nossos).

E, na visão de *A União*, para (con)formar um corpo bem disciplinado por meio de cartazes não se podia desperdiçar recursos. Assim, o referido editorial indica que “este processo é lento e exige tempo para produzir frutos integrais”. Por isso, ainda dialogando com o professor José Mallart, defendia que antes de produzir e publicar os respectivos cartazes,

[...] se submetam os respectivos esboços a pessoas do ambiente e do nível mental e cultural a que se destinam, e se verifique, por meio de perguntas sobre a significação da figura e a lição que nela se contém, se produzem o efeito desejado. O sistema alvitado previne as despesas inúteis com a impressão de material impróprio e faculta ao mesmo tempo elementos seguros de observação para o desenvolvimento da psicologia popular (Bases experimentais..., 12 jul. 1936).

Por esse trecho é possível supor que a disciplinarização dos trabalhadores não era um objetivo aleatório: tratava-se de um projeto intencionalmente pensado e executado com o fim de (con)formar o corpo de quem trabalha. Além disso, tal ação disciplinar necessitava ser a menos onerosa – política e economicamente – e a mais ampla possível. Assim, ela se

encaixa nos três critérios traçados por Foucault para definir as finalidades do poder disciplinar:

[...] *tornar o exercício do poder o menos custoso possível* (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); *fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível*, sem fracasso, nem lacuna; ligar enfim esse crescimento “econômico” do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma *fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema* (FOUCAULT, 2013, p. 206, grifos nossos).

Ora, a educação sanitária das classes trabalhadoras através de cartazes, segundo o próprio texto de *A União*, deveria evitar as “despesas inúteis”, alcançar o maior número possível de trabalhadores e discipliná-los quanto ao uso do corpo no trabalho e fora dele. Ademais, acreditava-se que este projeto pedagógico-publicitário traria ganhos financeiros pela diminuição do número de acidentes de trabalho, causa de prejuízos sociais, econômicos e previdenciários. Isso, porque de acordo com o jornal, tais ocorrências “resultam, quase sempre, da imprudência dos trabalhadores”, sendo responsabilidade dos “educadores das nossas escolas técnico-profissionais e dos dirigentes de empresas” minorá-los através da educação sanitária das classes trabalhadoras (Bases experimentais..., 12 jul. 1936). Mais uma vez, ao falar sobre a saúde e as doenças destes grupos sociais, o jornal do governo conclamava à intervenção médico-disciplinar sobre o corpo do trabalhador.

Na perspectiva da disciplinarização das classes subalternizadas, também identificamos textos de educação sanitária focados nas relações de trabalho. No âmbito dos cuidados com o corpo, a alimentação era vista como fator essencial na produtividade do operário. Nesse sentido, aconselhava-se que cada profissão adotasse uma dieta específica, conforme as demandas do trabalho a ser executado. Dessa forma, a alimentação era expropriada de sua importância biológica e sociocultural, ficando circunscrita ao problema da produtividade. De acordo com o discurso médico-jornalístico sobre essa questão, o trabalhador deveria comer apenas aquilo que lhe ajudasse a produzir mais e melhor. Por essa razão,

[...] a quantidade de hidratos de carbono (pão, farinhas, açúcar, massas, etc.) deve variar em função da atividade de trabalho, devendo ser abundante nos que executam grande esforço muscular (operários,

desportistas, mensageiros, etc.) e reduzida nas pessoas de vida sedentária (professores, médicos, escriturários, advogados, negociantes, etc.), uma vez que o trabalho mental não aumenta o dispêndio de energia (Alimentação e saúde..., 19 abr. 1942).

Além de notas educativas como essa, alguns materiais eram endereçados aos patrões e autoridades sanitárias, apontados como responsáveis diretos pela “higienização” das classes trabalhadoras¹³. Vejamos, por exemplo, o artigo “Higiene do trabalho”, escrito pelo jornalista paulista Mário Erbolato para o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do estado de São Paulo (SPES)¹⁴, e publicado em *A União* a 03 de setembro de 1939. Logo de início, o autor introduz argumento recorrente na época: a suposta incapacidade sanitária das classes subalternizadas demandaria intervenções médicas visando assegurar sua capacidade de trabalho e minorar sua “periculosidade” para a saúde pública. Nesse sentido, ele escreve:

As classes trabalhadoras do Brasil, hoje tão bem protegidas pelas leis vigentes, até agora, ao que parece, *não se preocupam convenientemente com os cuidados de higiene* que as diversas profissões especializadas estão a exigir. É preciso que, ao operariado brasileiro, construtor incansável do progresso da Pátria, *se ministrem conhecimentos que o tornem ao par da profilaxia das moléstias mais comuns e que, dadas as condições que as provocam, podem ser facilmente evitadas* (Higiene do trabalho..., 03 set. 1939, grifos nossos).

O texto em análise estava endereçado aos “responsáveis” pela educação sanitária do trabalhador, retirando dele a legitimidade enquanto protagonista dos cuidados com o próprio corpo. Ainda de acordo com Mário Erbolato, caberia às próprias firmas empresariais realizar “a disseminação dos princípios de higiene, auxiliando os poderes públicos na difusão dos ensinamentos que tão útil e eficientemente vêm prestando não só à população urbana, como e também aos agrupamentos rurais” (Higiene do trabalho..., 03 set. 1939).

¹³ Esse argumento, recorrente nos próprios textos analisados, pautava-se no estereótipo segundo o qual as classes trabalhadoras dispunham de limitado acesso à cultura escrita.

¹⁴ A partir de 1939, *A União* passou a publicar textos de educação sanitária produzidos pelo Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do estado de São Paulo (SPES). Segundo Marques, Brasileiro e Fernandes (2017, p. 399), esse era um órgão nacional, estruturado em 1923, cuja finalidade era a publicação de boletins, folhetos, cartazes, revistas, manuais e artigos destinados à divulgação de preceitos médicos e sanitários. Contudo, a atuação do SPES limitou-se à produção e divulgação de materiais e estratégias de educação sanitária, cabendo aos departamentos estaduais de saúde a implementação das ações. Os autores ainda ressaltam que somente a partir de 1941, com a criação do Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), buscou-se centralizar a gestão das práticas de educação sanitária no Brasil (MARQUES; BRASILEIRO; FERNANDES, 2017, p. 399). Ao que parece, a Diretoria Geral de Saúde Pública da Paraíba “reforçava” sua política de educação sanitária com textos cedidos pelo SPES de São Paulo, talvez como estratégia para “legitimar” o seu discurso. De todo modo, tal prática revela a circulação de saberes médico-sanitários entre os diferentes estados da federação, permitindo vislumbrar um projeto nacional de medicalização social.

Desse modo, quem estaria autorizado a “higienizar” o trabalhador? Segundo o discurso das fontes analisadas, os médicos, as autoridades sanitárias, os funcionários da saúde pública, os professores de cursos técnico-profissionais e os próprios patrões. Os últimos desempenhariam função decisiva na elevação das condições de saúde de seus empregados, seja promovendo ações médico-educativas ou melhorando as condições sanitárias no ambiente de trabalho. A esse respeito, podemos novamente recorrer ao texto de Mário Erbolato quando ele discute o problema da “contaminação ou alteração do ar, tornando-o impróprio à respiração” nas fábricas e oficinas. Como solução, ele propõe:

A maneira eficaz de se prevenir acidentes de natureza mórbida, nesses casos, é espalhar-se o uso de máscaras apropriadas, que poderão, e deveriam mesmo, ser fornecidas pelos empregadores. Esta seria uma das faces pela qual se debelaria a fonte originária de prováveis tuberculoses, raquitismo, anemia e moléstias outras de idêntica classificação (Higiene do trabalho..., 03 set. 1939).

Segundo o discurso médico-jornalístico, ante condições de trabalho sufocantes e propícias ao adoecimento, menos oneroso – econômica e politicamente – seria fornecer máscaras aos trabalhadores. A estrutura das relações de produção deveria manter-se intacta, visto que, na concepção das elites capitalistas, a saúde e o adoecimento do trabalhador estariam subordinadas às demandas da produção, e não o contrário. Além disso, como demonstrou Chalhoub (2012, p. 171), “Transformar o agente social expropriado em homem de bem – isto é, em trabalhador assalariado – requer também o exercício de um controle sobre sua vida fora do espaço do trabalho”. É por isso que o texto de Mário Erbolato também trazia orientações sobre como o trabalhador deveria se portar fora do ambiente de trabalho:

Por outro lado, quando fora das oito horas regulamentares de trabalho, os operários devem procurar, também, *uma distração conveniente, que lhes contrabalance, espiritual e fisiologicamente, o tempo vivido dentro das paredes do estabelecimento* onde ganham o “pão de cada dia”. Bastante ar livre e puro, nos jardins e bosques, deverá ser respirado em passeios e marchas a pé, metodicamente organizados. A alimentação necessita merecer mais cuidado, ministrando-se a sadia e abundantemente, *para sanar prováveis deficiências orgânicas* (Higiene do trabalho..., 03 set. 1939, grifos nossos).

Nada de bebedeiras ou comilanças. Nada de “desperdiçar” o tempo de descanso com “noitadas” em botequins, bares ou lupanares. Conforme o discurso médico-jornalístico, o trabalhador deveria empregar seu tempo livre em atividades revigorantes, buscando repor

as energias despendidas no seu “ganha pão”. Dessa forma, após um dia exaustivo de trabalho ou nos finais de semana e feriados, o recomendado seria manter-se em casa com a família, alimentar-se bem e praticar alguma atividade física. Agindo assim, o trabalhador preservaria todo o potencial de seu corpo e de sua mente para o processo de trabalho.

Tal discurso encobre uma concepção moralizadora sobre como os trabalhadores deveriam se portar socialmente. Em um só movimento buscava-se disciplinar o proletário para que ele produzisse mais e ameaçasse menos a moral burguesa e a ordem estabelecida. Não se tratava apenas de (con)formar operários saudáveis e produtivos, pois a estrutura capitalista de exploração demanda indivíduos ordeiros “em tempo integral”. É por isso que o poder disciplinar funciona como um sistema de vigilância perpétua (FOUCAULT, 2013, p. 214).

Durante o governo Vargas, o discurso médico que circulou na imprensa oficial da Paraíba permanecia responsabilizando os próprios trabalhadores – especialmente seu estilo de vida – por suas doenças. Mas a intensificação das reivindicações e lutas trabalhistas desde as primeiras décadas do século XX impôs novas demandas sociais ao Estado e ao próprio saber médico. Isso, porque “Os trabalhadores [...] incluíam as más condições de trabalho como um dos pontos da sua agenda de angústias e reivindicações, o que, de certa forma fundamentou a ação do Estado no pós-30” (ALMEIDA, 2004, p. 17). Assim, mesmo sendo uma prática social e um discurso de classe¹⁵, o saber médico também acabou incorporando a discussão sobre as relações de produção capitalistas e seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores.

Nesse sentido, em alguns casos o discurso médico-jornalístico chegou a produzir reflexões mais diretas acerca das precárias condições de vida das classes trabalhadoras. Em mais um texto reproduzido por *A União*, desta feita em 05 de julho de 1940, o paulista Maragliano Júnior fez o seguinte comentário sobre a relação entre trabalho e adoecimento:

Primeiramente, cumpre *observar se o ganho do indivíduo lhe basta para a aquisição do indispensável para a sua nutrição e seu agasalho*. Um ordenado torna-se às vezes insuficiente, se o padrão de vida se eleva

¹⁵ A este respeito, cabe recuperar a reflexão de Luc Boltanski (1984, p. 39) sobre a distância social que separa os médicos e as classes trabalhadoras no contexto da medicina científica, posto que “a relação doente-médico é uma relação de classe e que o médico adota um comportamento diferente conforme a classe social do doente”.

desmesuradamente. Nestes casos, o operário alimenta-se mal, não pode refazer as energias que o trabalho exige, depauperava-se aos poucos, e como não pode abandonar o emprego, vai dando de si até o instante em que cai inutilizado (Saúde e trabalho... 05 jul. 1940, grifos nossos).

Em todo o corpus documental de *A União* que pesquisamos, essa é a única vez em que a condição socioeconômica de indivíduo expropriado é levada em consideração pelos discursos médico-jornalísticos sobre a saúde do trabalhador. Finalmente a pauperização das classes subalternizadas é considerada como fator de adoecimento. Mas trata-se de uma ocorrência pontual, uma exceção que reforça a regra. Ademais, o autor pouco se aprofundou sobre a estrutura capitalista de exploração, causa principal da pauperização que, segundo ele, contribuía para o adoecimento do trabalhador. Na maioria das ocorrências, o discurso médico-jornalístico continuava responsabilizando as “escolhas” do próprio trabalhador como causas preponderantes de seus infortúnios físicos e mentais. Mas isto não nos permite desconsiderar as críticas e denúncias feitas: mesmo que tenham sido pontuais, elas sugerem que as condições de saúde dos mais pobres eram tais que nem mesmo a identidade de classe de alguns escritores conseguia silenciar algo que “gritava” na sociedade da época.

O texto “O trabalho como fator de doença”, de Maragliano Júnior, publicado por *A União* em 09 de julho de 1940, demonstra que, apesar de certos “pudores” na abordagem das relações de trabalho, o discurso oficial deixava escapar algumas críticas contra o modelo capitalista de produção. Neste caso, o texto busca educar o trabalhador – ou informar os “responsáveis” por tal “missão” – sobre a importância do repouso para a saúde de quem trabalha. Mas ao discutir as razões do esgotamento físico do trabalhador, o autor acaba tocando no espinhoso tema das condições de trabalho como fator de adoecimento. Empregando ditados populares para melhor ilustrar seu ponto de vista, ele escreve que

Em sua saborosa e profunda sabedoria, costuma o povo dizer, sempre que se dirige a alguém que esteja trabalhando em demasia: “Você faz de seu serviço um meio de morte”. Essa frase resume toda a fisiologia do trabalho. Sendo a atividade humana, ainda que se trate da atividade intelectual, um dispêndio de energia, forçoso é que ao cabo de determinado esforço, o organismo entre em repouso a fim de reaver as energias gastas. Estas, porém, se refazem mais lentamente do que se gastam, de forma que o equilíbrio entre o ganho e a perda depende da natureza e da intensidade do trabalho e da maneira porque o organismo refaz, descansando, para reaver o que dispendeu (O trabalho como fator..., 09 jul. 1940).

Para o autor, trabalhar em demasia seria a origem da maioria dos males físicos e mentais que assolavam as classes trabalhadoras: um verdadeiro “meio de morte”. A discussão da fadiga como causa de adoecimento entre os trabalhadores já ocorria há algum tempo em outras nações latino-americanas. Na Colômbia, por exemplo, remonta aos anos 1910 (GALLO, 2015, p. 50). No Brasil, só a partir dos anos 1930 é que ela passa a ser um dos temas privilegiados pela medicina do trabalho, à época uma especialidade ainda emergente no campo médico nacional (ALMEIDA, 2004, p. 124). Além disso, Sônia Bercito (2011, p. 394 – 396) demonstrou que o problema da fadiga entre os operários suscitou medidas de “reorganização científica do trabalho” nas fábricas de São Paulo, que se intensificaram a partir da década de 1930. Por seu turno, o texto publicado por *a União*, citado anteriormente, revela que este debate havia chegado em terras paraibanas naquele início dos anos 1940.

A ideia básica era que o excesso de trabalho provocava o esgotamento e, conseqüentemente, diminuía a produtividade do trabalhador. Mas via de regra, quando operado pelo discurso médico-jornalístico dos grupos dominantes, este debate esquivava-se das condições de exploração da força de trabalho e recaía em fórmulas preconcebidas sobre o estilo de vida das classes trabalhadoras. No texto ora em análise, a discussão sobre a fadiga servia unicamente como pretexto para educar/disciplinar as classes subalternizadas quanto a seus hábitos alimentares e seu tempo fora do ambiente de trabalho:

A recuperação das energias gastas condicionam-se (sic) por dois fatores: a alimentação, que traz para o organismo as calorias perdidas, e o repouso, que permite a eliminação das toxinas produzidas pela queima exagerada na intimidade dos tecidos. Todo indivíduo que trabalha exageradamente, dispendendo portanto uma quantidade ponderável de energia, sem a necessária compensação pelo repouso e pela alimentação suficiente, estará fazendo de seu trabalho um meio de morte, estará determinando um déficit sempre crescente de suas reservas de energia as quais, chegadas a um nível ínfimo, não poderão impedir que as moléstias invadam o organismo (O trabalho como fator..., 09 jul. 1940, grifos nossos).

Percebe-se que apesar de tocar no assunto do trabalho excessivo, Maragliano Júnior não avança na discussão sobre por quê os trabalhadores necessitavam trabalhar tanto. Neste caso, já não há, por exemplo, referências à pauperização da força de trabalho – elemento fundamental do processo de acumulação capitalista – como fator de precarização das condições de vida do trabalhador. O escritor paulista limita-se a culpar a alimentação

insuficiente e a falta de repouso como fatores que produziram a fadiga entre os integrantes das classes subalternas. Ainda se aproveita do ensejo para educá-lo sobre a importância de comer bem e descansar bastante quando não estivessem trabalhando, ao ressaltar que é

[...] o gasto insidioso de energias não recuperadas normalmente [por uma boa alimentação e pelo repouso necessário], por efeito do *trabalho realizado em ambientes impróprios, ou de um padrão de vida insuficiente para prover a recuperação das energias gastas diariamente*, que provoca ao fim de um tempo mais ou menos longo a debacle do organismo [...]. Nestes casos, trata-se verdadeiramente de déficit de energias: o trabalho passa a ser efetivamente um meio de morte, um fator de doença (O trabalho como fator..., 09 jul. 1940, grifos nossos).

É provável que, ao tratar de “ambientes impróprios”, Maragliano Júnior buscasse convencer o patronato de que a melhoria na salubridade das condições de trabalho traria, como retorno do investimento feito, trabalhadores menos desgastados e, conseqüentemente, mais produtivos. Mas cabe frisar que, segundo o autor, a alimentação e o repouso eram tão essenciais à saúde das classes trabalhadoras que haviam merecido atenção especial no âmbito da legislação trabalhista. Esta teria consagrado “a maior parte de sua atenção em garantir o repouso dos trabalhadores, limitação das horas de trabalho [...], e pela vigilância atenta sobre o teor de alimentação dos trabalhadores” (O trabalho como fator..., 09 jul. 1940). Contudo, o autor parecia esquecer-se de que, como demonstrou Óscar Gallo (2015, p. 91), nem sempre a existência de uma lei assegura o exercício efetivo do direito. Além disso, Maragliano Júnior negligenciava o fato de que boa parte dos trabalhadores brasileiros – notadamente aqueles cujos ofícios não eram reconhecidos pelo Estado – estavam excluídos¹⁶ da noção de cidadania construída durante o governo Vargas. Ou seja, para ter acesso aos direitos trabalhistas propalados pela propaganda oficial, o “cidadão” precisava ter um emprego formal, com carteira assinada, além de fazer parte de um sindicato profissional reconhecido pelo Estado. Era a lógica do “Só quem tem ofício tem benefício” (GOMES, 1994, p. 163), sintetizada no conceito de “cidadania regulada” formulado por Wanderley dos Santos (1979):

¹⁶ Como observou Gomes (2002, p. 29), durante o período getulista, os direitos trabalhistas estavam voltados para “uma população de trabalhadores urbanos, que então crescia em número e possuía um passado de lutas organizadas. Trabalhadores rurais, autônomos e domésticos, todos muito numerosos e se constituindo na maioria da população trabalhadora do país, ficaram de fora da estrutura de proteção que então se inaugurava”. Apesar disso, a autora reconhece o impacto dessa legislação social sobre as relações de trabalho, visto que ela “apontava a direção intervencionista e protetora do Estado em assuntos trabalhistas” (GOMES, 2002, p. 29).

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. [...]. Se era certo que o Estado devia satisfação aos cidadãos, era este mesmo Estado quem definia quem era e quem não era cidadão, via profissão (SANTOS, 1979, p. 75).

Voltando ao texto de Maragliano Júnior, é importante registrar que essa preocupação em disciplinar a vida privada do trabalhador intensificou-se após 1932, quando houve a regulamentação da jornada diária de 8 horas¹⁷. Aparentemente, tornou-se (ainda mais) importante aos empregadores exercer algum tipo de controle sobre o maior tempo livre que o trabalhador passaria a dispor, de modo que seus hábitos fora do ambiente de trabalho não se tornassem um fator de improdutividade no dia seguinte, mas servissem para recuperar suas energias visando maior eficiência nos processos de trabalho. Cotejando o texto de Maragliano Júnior e as análises de Sônia Bercito é possível perceber que essa visão sobre a qualidade de vida das classes trabalhadoras, que começava a circular na Paraíba, convergia com a prática dos industriais paulistas na mesma época. Estudando a organização científica do trabalho nas indústrias de São Paulo entre os anos 1930 e 1940, a autora faz a seguinte observação:

Está claro que as considerações feitas com relação à *proteção, ao conforto e à segurança não estão relacionadas ao bem-estar do trabalhador, mas à eficiência*. Não há consideração de diferenças individuais nesses quase robôs, as quais deveriam ser eliminadas em prol da produtividade (BERCITO, 2011, p. 378, grifos nossos).

Nessa visão capitalista das relações sociais, na qual o trabalhador é visto unicamente como mão de obra assalariada, o investimento em melhorias no ambiente de trabalho deveria “dar retorno” e ampliar as margens de lucro pela maior eficiência dos

¹⁷ Em 22 de março de 1932, o governo Vargas sancionou o Decreto 21.186, estabelecendo a jornada de 8 horas no comércio. Medida idêntica foi adotada na indústria através do Decreto 21.364, de 04 de maio do mesmo ano.

processos produtivos. A prioridade não era a qualidade de vida dos trabalhadores, mas sim a acumulação capitalista. Nesse contexto, tendo em vista a aspiração capitalista de se alcançar níveis sempre maiores de produtividade, a saúde física e mental do operário torna-se um precioso “bem de capital”. Esse fator econômico, somado às lutas e reivindicações dos próprios trabalhadores, contribuiu para que as condições de vida e saúde das classes subalternizadas recebessem maior atenção por parte de governantes, patrões, médicos e autoridades sanitárias.

Assim, na visão dos grupos que controlavam o poder político, econômico e intelectual era necessário “educar” as classes trabalhadoras nas técnicas do corpo exigidas pela produtividade capitalista, disciplinando-as com o objetivo de evitar o “desperdício” de energias em atividades “improdutivas”. Além disso, fazia-se necessário “ensinar” os trabalhadores sobre como deveriam proceder a fim de recuperarem as energias despendidas no processo de trabalho. Nessa perspectiva, destacamos mais uma vez o artigo “Saúde e trabalho”, do escritor paulista Maragliano Júnior, publicado na Paraíba pelo jornal *A União*:

Sendo o trabalho sob qualquer forma, um gasto de energia, cumpre que o indivíduo recupere as suas energias dispendidas durante as horas de serviço, de forma a *manter no mesmo nível a sua resistência orgânica*. Para recuperar essa perda fisiológica, contamos então com o *alimento sadio e suficiente, com a moradia higiênica, com a prática racional dos exercícios e, sobretudo, com a higiene mental*. [...]. Da mesma forma, deve-se observar a moradia a qual não é de desejar que seja bonita, mas é de exigir-se que tenha luz e espaço, base mínima da higiene de uma casa, e é justamente o que menos custa. Vem depois a prática dos esportes, que alguns países têm já estabelecido oficialmente [...]. Nestas organizações, *as horas dos dias de descanso são dedicadas à prática coletiva de jogos esportivos, excursões, festas, reuniões intelectuais, etc.*, o que tudo concorre, além do exercício físico, para um excelente treino de higiene mental, pois afasta o indivíduo das preocupações cotidianas, nem sempre agradáveis, do trabalho (Saúde e trabalho..., 05 jul. 1940).

Buscava-se introjetar nos trabalhadores a autodisciplina corporal que os “vigiaría” no íntimo de suas casas, na privacidade de suas refeições, na alegria de seus momentos de lazer. Assim como a jornada diária de trabalho, todas essas ocasiões precisavam ser “produtivas” e “ordeiras”. Para isso, o lar deveria ser higiênico; a alimentação, adequada à profissão; e a folga, disciplinada. Esta, deveria ser dedicada às atividades físicas, que dotariam o proletário do vigor requerido pela rotina de trabalho. Segundo o discurso

médico-jornalístico, vivendo dessa forma, as classes trabalhadoras produziram mais e evitariam doenças, deixando de constituir um “risco sanitário”: “As regras de saúde apontadas acima para o trabalhador podem ser observadas individualmente, e se cada um se dispuser a segui-las, por certo que se elevará sensivelmente o índice de saúde coletiva” (Saúde e trabalho..., 05 jul. 1940).

Alguns apontamentos finais

Como buscamos demonstrar, mesmo quando se propunha a “educá-lo”, o discurso médico-jornalístico construía uma representação social do trabalhador atrelada às noções de “força de trabalho” e “perigo sanitário”. Mas cabe registrar a mudança de perspectiva nas ações de educação sanitária, via imprensa, na Paraíba. Entre os anos 1930 e 1940, continuam a predominar textos que ensinavam a prevenir doenças sem distinção de classe ou especificações de ordem profissional. Mas ao lado destes, mesmo que em menor número, podemos identificar um novo tipo de produção, dirigido especificamente para as questões do trabalho. Aparentemente, tais “conselhos” produzidos pela Diretoria Geral de Saúde Pública e publicados pela imprensa oficial visavam tanto patrões quanto empregados. Assim, esses textos constituem indícios da ação do Estado como mediador das relações entre capital e trabalho (também) no âmbito da saúde e das doenças. Expressando essa postura biopolítica¹⁸ do Estado brasileiro, além da fonte que analisamos no início desse artigo, podemos citar a seguinte nota de educação sanitária dirigida ao universo das relações de trabalho:

É urgente a notificação compulsória das doenças profissionais, tão nefastas ou mais nefastas do que as disenterias e a febre tifoide. A faixa saturnina que, às vezes, é um sinal precoce de intoxicação do operário que trabalha com o chumbo, aparece no bordo livre das gengivas, tem um a dois milímetros de largura, é de cor azul, devida ao sulfureto de chumbo. Atenção! (Inspetoria do Trabalho) (Saúde..., 17 maio. 1942, grifos nossos).

¹⁸ Foucault define a biopolítica como uma tecnologia de poder que surgiu na segunda metade do século XVIII e se consolidou no século XIX. Ela não exclui o poder disciplinar, exercido mais diretamente sobre o corpo do indivíduo. Porém, a biopolítica “é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (FOUCAULT, 2005, p. 289). Ainda de acordo com Foucault (2005, p. 292 – 293), “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”. Assim, enquanto o poder disciplinar concentra-se no controle do indivíduo, a biopolítica busca governar o conjunto da sociedade.

A intoxicação por chumbo era considerada uma “doença profissional típica”, assim definida pela medicina do trabalho por apresentar umnexo causal direto com condições laborais específicas. Outras enfermidades, como hérnia e tuberculose, poderiam ser definidas como “doenças do trabalho” desde que se comprovasse a relação causal entre sua ocorrência e as circunstâncias em que o trabalho fora realizado (ALMEIDA, 2004, p. 277). Por seu turno, os termos técnicos usados pelo jornal indicam que o texto também visava os profissionais de saúde Paraíba afora, de modo a melhor qualificá-los para atuarem nos casos de doenças profissionais. Ao defender a urgência da notificação compulsória, a nota assume um tom de alerta, indicando a preocupação das autoridades com o tema das doenças profissionais.

Esse e os demais textos que analisamos demonstram que médicos e autoridades se mostravam sensíveis e atuantes em relação aos problemas econômicos e sanitários gerados pelo adoecimento das classes trabalhadoras. Ademais, tal corpus documental comprova que a educação sanitária, de inegáveis benefícios para o bem-estar social, também foi uma estratégia utilizada para tentar “disciplinar” as classes subalternizadas, buscando torná-las “produtivas economicamente” e “inofensivas sanitariamente”.

Além disso, fica evidente que as ações de educação sanitária na Paraíba dialogavam com o projeto de valorização do trabalho implementado por Vargas. Como demonstrou Ângela de Castro Gomes (1994, p. 226), por meio de ações nos campos da legislação trabalhista, serviços médicos e previdência social, o Estado pretendia preservar, aumentar e recuperar a capacidade produtiva dos trabalhadores. Porém, a saúde destes era pensada prioritariamente em termos econômicos, com base em projeções sobre os valores que ela poderia gerar (ou custar) para a nação. Assim, disciplinar as classes trabalhadoras quanto aos “usos do corpo”, educando-as em matéria de saúde, fazia parte do esforço de (con)formação do trabalhador nacional embutido na retórica varguista de valorização do trabalho.

Por fim, deve-se considerar a mudança de postura da imprensa oficial paraibana na veiculação da educação sanitária. Enquanto nos anos 1920 o jornal do governo “contentava-se” em divulgar notas gerais sobre a prevenção de endemias ou em noticiar a realização de palestras em fábricas, a partir dos anos 1930 observa-se uma nova “política editorial”: a partir de então, cresce o número de textos que abordam especificamente as condições de

trabalho e a saúde do trabalhador. Mais do que uma simples mudança “editorial”, compreendemos essa mudança de abordagem como um desdobramento da nova posição (bio)política do Estado brasileiro como mediador dos conflitos sociais nos mundos do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE... Alimentação e saúde. *A União*, João Pessoa, 19 de abril de 1942.

BASES EXPERIMENTAIS... Bases experimentais na preparação de cartazes educativos destinados aos trabalhadores. *A União*, João Pessoa, 12 de julho de 1936.

EDUCAÇÃO E PROPAGANDA... Educação e propaganda sanitária. *A União*, João Pessoa, 20 de setembro de 1931.

HIGIENE DO TRABALHO... Higiene do trabalho. *A União*, João Pessoa, 03 de setembro de 1939.

LEI Nº 54... Lei nº 54 – Reforma os Serviços Sanitários do Estado. *A União*, João Pessoa, 09 de janeiro de 1936.

O TRABALHO COMO FATOR... O trabalho como fator de doença, *A União*, João Pessoa. 09 de julho de 1940.

PROPAGANDA SANITÁRIA... Propaganda sanitária – Uma conferência do Dr. Flávio Maroja, na Fábrica Popular. *A União*, João Pessoa, 11 de fevereiro de 1928.

PROPAGANDA SANITÁRIA... Propaganda sanitária. *A União*, João Pessoa, 16 de maio de 1929.

SAÚDE E TRABALHO... Saúde e trabalho. *A União*, João Pessoa, 05 de julho de 1940.

SAÚDE... Saúde. *A União*, João Pessoa, 17 de maio de 1942.

SERVIÇO DE PROPAGANDA... Serviço de propaganda e educação sanitárias. *A União*, João Pessoa, 26 de fevereiro de 1926.

SERVIÇO DE PROPAGANDA... Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. *A União*, João Pessoa, 22 de junho de 1926.

SERVIÇO DE PROPAGANDA... Serviço de Propaganda e Educação Sanitária – o Conselho do dia”. *A União*, João Pessoa, 16 de setembro de 1938.

VALOR DA PROPAGANDA... Valor da propaganda e educação sanitárias. *A União*, João Pessoa, 23 de fevereiro de 1926.

Bibliografia

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. *As parcelas (in)visíveis da saúde do trabalhador: uma contribuição à história da medicina do trabalho no Brasil (1920 – 1950)*. Niterói: Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. A Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba: os limites da institucionalização. In: Congresso Nacional de Práticas Educativas (COPRECIS), 2017, Campina Grande – PB. *Anais eletrônicos...* Campina Grande – PB: Editora Realize, 2017. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/30985>. Acesso em 16 dez. 2022.

BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. “Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940)”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Tradução de Regina A. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantes da sua evolução*. João Pessoa, PB: A União, 1945.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 253-270. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em 21 dez. 2022.

DE LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 111 – 153.

FERLA, Luís. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920 – 1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade – Curso no Collège de France (1975 – 1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GALLO, Óscar. *Trabalho, medicina e legislação na Colômbia (1910 – 1946)*. Florianópolis, SC: Tese (Doutorado em História) – UFSC/CFCH, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MARQUES, Maria Cristina da Costa; BRASILEIRO, Danilo Fernandes; FERNANDES, Suzana César Gouveia. Informação e disciplina: a Coletânea de Educação Sanitária do estado de São Paulo, Brasil (1939 – 1952). *Revista Interface – Comunicação, saúde e educação*, Botucatu – SP, v. 21, n. 61, abr./jun. 2017. Disponível em <https://interface.org.br/edicoes/v-21-n-61-abr-jun-2017/>. Acesso em 18 dez. 2022.

MARTINS, Eduardo. *A União: jornal e história da Paraíba, sua evolução gráfica e editorial*. João Pessoa: A União, 1977.

OLIVEIRA, Otavio. Coisas e Loisas na História da Medicina Paraibana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 16, p. 97 – 117, 1968.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911 – 1929)*. Campina Grande, PB: Dissertação (Mestrado em História) – UFCG/CH, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912 – 1924)*. João Pessoa: Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2011.